

CT. DFCE 0037 / 2022

08 de Março de 2022

Sr.

Ricardo Luis Reis Nunes Filho

Sócio

NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

Rua Professor Otavio Guimarães, 37 – Veleiros

São Paulo – SP

CEP 04771-110


CONTRATO Nº 042021306100 – Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sas. que o Sr. Sérgio Luís Silva, Gerente de Manutenção de Via Permanente e Estrutura Civil - GOV, telefone (011) 3619-7694, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sas. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



CAMILO DOS SANTOS VASCONCELOS

Chefe do Departamento de Contratações e Compras por Meio Eletrônico

CONTRATO Nº 042021306100
PROCESSO Nº 0420213061

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM E NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a **NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 01.811.362/0001-25, com sede na Rua Professor Otavio Guimarães, 47, na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, bem como toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, normas setoriais ou gerais sobre o tema, no âmbito da execução do objeto deste Contrato, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS.**
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 0420213061, bem como os seguintes:



- Anexo I Termo de Referência;
- Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
- Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
- Anexo IV Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e
- Anexo V Termo de Ciência e de Notificação.

2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço global**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 0420213061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM**, em até **30 (trinta) dias** da data da assinatura do contrato e da aprovação, pela **CPTM**, do Plano de Trabalho da **CONTRATADA**, conforme Anexo I - Termo de Referência.

4.1.2 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM**, um Plano de Trabalho, em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

4.1.3 A **CPTM** terá o prazo de 10 (dez) dias para a aprovação do Plano de Trabalho da **CONTRATADA**.

4.1.4 Na hipótese de reprovação do Plano de Trabalho pela **CPTM**, a **CONTRATADA** deverá reapresentá-lo num prazo de 05 (cinco) dias, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.

4.1.5 Ocorrendo nova reprovação do Plano de Trabalho, serão aplicadas as penalidades constantes do item 17 deste instrumento.

4.1.6 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.



5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

- 5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.
- 5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **30 (trinta) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até **30 (trinta) dias** da data da assinatura do contrato e da aprovação, pela **CPTM**, do Plano de Trabalho da **CONTRATADA**, conforme Anexo I - Termo de Referência.
- 5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.
- 5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceite, também por escrito, pela **CPTM**.
- 5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.
- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 2.756.996,29 (dois milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos), em novembro/2021, mês-base dos preços.
- 6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 339039, Origem dos Recursos 004004004 - RAV nº 5071/2021**.

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais, nos termos estabelecidos para cada evento, considerando apenas as unidades de



proteção concluídas, listadas nas Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga, Anexo do Termo de Referência, conforme Cronograma Físico de Execução, Cronograma Físico Financeiro e Termo de Referência, partes integrantes do presente instrumento.

- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplimento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.
- 9.1.1 Após a aprovação da medição e do recebimento da respectiva Carta de Aprovação de Faturamento - CA, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal - DFSF da **CPTM**, via endereço eletrônico DFSF-NRDF@cptm.sp.gov.br, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço - O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de



24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.

- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:
- $$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$
- VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios
VA = Valor em atraso
n = Número de dias em atraso
- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência



dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, 175 - 2º andar - Bloco B - Centro - São Paulo/SP.

9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.

9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".

9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(IPC_i / IPC_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P_0 = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPC_i/IPC_0 = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.

10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - novembro/2021.

10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.

10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.

10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.

10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS



- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.
- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.



11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.

11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 137.849,81 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.

12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.

12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.

12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175 - 2º andar - Bloco B - Centro - São Paulo/SP.

12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.

12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.

12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente



de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD proporcionalmente aos valores contratuais referentes aos serviços, observadas as condições insertas no subitem 25.4 e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.1.7 A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

13.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.

13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.

13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.

13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**, incluindo vestiários e instalações sanitárias.

13.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

13.1.6 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da **CONTRATADA**, a que tenha acesso durante a execução deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

14.1.1.1 Indicação de responsável técnico devidamente habilitado pelo correspondente Conselho Regional de Classe Profissional, para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, conforme Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, da ANVISA, o qual será o responsável técnico pelos serviços.



- 14.1.1.2 Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Classe Profissional referente à formação profissional estabelecida no subitem anterior, comprovando a execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas.
 - a) Caso o profissional seja de outra região deverá ser providenciada a averbação do registro do profissional junto ao Conselho Regional de sua Classe Profissional, de acordo com a legislação vigente.
- 14.1.1.3 Carta com indicação nominal da equipe que deverá atuar na prestação de serviços, incluindo a indicação de responsável técnico pelos serviços, que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.
- 14.1.1.4 Certificados de treinamento de segurança dos profissionais envolvidos nas atividades de combate e controle de pragas.
- 14.1.1.5 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.
- 14.1.2 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 14.1.3 Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.
- 14.1.4 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.5 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.
- 14.1.6 Manter os locais onde serão executados os serviços, bem como aqueles que estiverem sob sua exclusiva responsabilidade, sempre limpos e em ordem, de forma a permitir o perfeito andamento operacional.
- 14.1.7 Apresentar à **CPTM** a relação de todos os materiais e equipamentos que deverão compor os seus canteiros de serviços, para fins de emissão de guias de saída de material, quando necessário.
- 14.1.8 Respeitar rigorosamente a legislação em vigor, bem como relativa a execução do objeto licitado.
- 14.1.9 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



- 14.1.10 Respeitar as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, segundo as normas e padrões internos da CPTM descritos na Norma Implementadora NI.01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviço e Obras, parte integrante do Anexo I - Termo de Referência, assim como as decorrentes das normas e regulamentos aplicáveis à CPTM.
- 14.1.11 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.12 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.13 Confiar os serviços a profissionais idôneos e habilitados, utilizando-se do mais alto nível da técnica atual.
- 14.1.14 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.1.15 Apresentar à **CPTM** e manter atualizado o registro de todos os empregados ligados ao contrato e que estiverem prestando serviços nas dependências da **CPTM**.
- 14.1.16 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.17 Fornecer ao pessoal que prestará serviços nas dependências da **CPTM**, uniformes, crachás de identificação e todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) que se tornarem necessários, bem como os treinamentos obrigatórios, de acordo com o estabelecido nas normas de segurança do trabalho.
- 14.1.18 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.19 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.1.20 Responsabilizar-se direta e exclusiva pela execução do objeto deste Contrato, em plena conformidade com as disposições integrantes deste instrumento e, conseqüentemente, responder por todos os danos, perdas e prejuízos que venha a provocar ou causar à **CPTM**, seus empregados, prepostos, usuários e terceiros.



- 14.1.21 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 14.1.22 Facilitar a ampla ação da Fiscalização da **CPTM**, promovendo fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências que forem apresentadas.
- 14.1.23 Efetuar o transporte de praguicidas atendendo às exigências da regulamentação expressa do Centro de Vigilância Sanitária, conforme CVS n.º 09/2000 da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo que regem a matéria, sendo que todas as despesas, inclusive encargos, embalagens, seguro e transporte serão às suas expensas.
- 14.1.24 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.1.25 Obter as devidas autorizações previstas em lei para a prestação do serviço, bem como promover as inscrições e registros necessários a tanto.
- 14.1.26 Obedecer às normas e rotinas da CPTM, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- 14.1.27 Guardar confidencialidade no uso das informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização e custódia.
- 14.2 Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 14.1.1.1 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela **CONTRATADA**, hipótese em que haverá prévia aprovação da **CPTM** e obrigará à nova ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 31 da Resolução CONFEA nº 1.025 de 30/10/2009.
- 15. PESSOAL**
- 15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avançados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.



- 15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 15.3 Caso ocorra eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 16. FISCALIZAÇÃO**
- 16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias



para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.

- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 16.7 A fiscalização terá amplo domínio e conhecimento do escopo dos serviços e zelará por garantir a aplicação do Plano de Trabalho apresentado pela **CONTRATADA**.
- 16.8 A fiscalização terá disponível em mãos, para cada unidade de proteção (combate e controle de pragas), uma lista de verificações com todos os locais que deverão ser submetidos ao combate e controle de pragas. Esta lista permitirá sinalizar a conclusão da execução dos serviços de cada local de uma unidade de proteção e fará parte do processo de medição, a ser elaborado pela **CONTRATADA**.
- 16.9 Qualquer entendimento entre a fiscalização e a **CONTRATADA** deverá ser feito sempre por escrito, não sendo levado em consideração para nenhum efeito, quaisquer alegações fundadas em ordens ou declarações verbais.

17. PENALIDADES

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;
- 17.1.2 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor atualizado da parcela inadimplida;
- 17.1.3 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.4 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 17.1.5 Multa de 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.
- 17.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 17.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.1.3 a 17.1.5 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.



17.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

17.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano "pro rata tempore", até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

18. RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
- d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a



menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.

18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.

18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

19. ALTERAÇÕES

19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.

19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.

19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.

19.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

19.6 Em caso de concessão de linhas ou serviços da CPTM, que tenham como resultado uma redução da necessidade do objeto contratado, considerando o interesse público envolvido, a CPTM notificará a **CONTRATADA** com antecedência de 90 (noventa) dias, visando a desmobilização parcial ou total dos postos/serviços e/ou podendo realizar alterações no escopo em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) ou mesmo antecipar o encerramento do contrato com a redução de escopo e de prazo, inclusive considerando o percentual acima estabelecido, a seu critério e sem



custos adicionais de qualquer ordem às partes, renunciando, a **CONTRATADA**, expressamente e desde já a qualquer direito ou valor a título de indenização e/ou reequilíbrio econômico-financeiro advindo dessa desmobilização, pois presumir-se-ão incorporados aos custos da proposta vencedora.

20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 20.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

21. GARANTIA TÉCNICA

- 21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.

22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

23. DIREITOS AUTORAIS

- 23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos



dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.

23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:

23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;

23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;

23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.

23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.

23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

24. COMUNICAÇÕES

24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA, 185 - CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 042021306100

CONTRATADA:

NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

RUA PROFESSOR OTAVIO GUIMARÃES, 37 – VELEIROS

SÃO PAULO / SP

CEP 04771-110

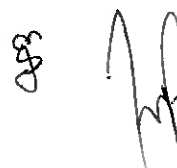
CONTRATO Nº 042021306100

CONTATO: RICARDO LUIS REIS NUNES FILHO

TEL/FAX: (11) 94170-5457

E-MAIL: ricardonunesfilho@nikkey.com.br / aline.braguim@blueboxservicos.com.br

24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o



número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

- 24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

26. NOVAÇÃO

- 26.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

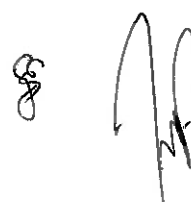
- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

28. VINCULAÇÃO

- 28.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 0420213061 e à proposta da **CONTRATADA**.

29. FORO

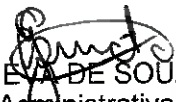
- 29.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.





E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.


São Paulo, 08 de Março de 2022.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:


GILSA EVA DE SOUZA COSTA
Diretora Administrativa e Financeira
gilsa.costa@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 955.679.681-91
RG Nº 4019520 – SPTC – GO


LUIZ EDUARDO ARGENTON
Diretor de Operação e Manutenção
argenton@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 056.324.968-48
RG Nº 16.550.211-3

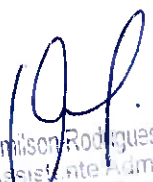

WILSON NAGY LOPRETTO
Gerente Geral de Manutenção
wilson.nagy@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 035.400.368-22
RG Nº 8.207.655-6


SERGIO LUIS SILVA
Gerente de Manutenção de Via
Permanente e Estrutura Civil
sergio.luis@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 147.275.098-57
RG Nº 17.148.179-3


Pela **CONTRATADA**:


RICARDO LUIS REIS NUNES FILHO
Sócio
ricardonunesfilho@nikkey.com.br
E-mail pessoal: N/I
CPF Nº 427.395.838-42
RG Nº 53.412.339

TESTEMUNHAS:


Edmilson Rodrigues dos Santos
Assistente Administrativo
Gerência de Contratações e
Compras - GFC


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Analista de Administração
e Gestão


CARLOS ALBERTO RODRIGUES
Assistente Administrativo
MURC

ANEXO I

Termo de Referência

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0420213061
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de combate e controle de pragas nos complexos operacionais e de manutenção da CPTM, com utilização de mão de obra e equipamentos próprios e fornecimento dos produtos, materiais e insumos.

2. DIRETRIZES BÁSICAS

2.1. Geral

2.1.1. Este documento define e especifica as condições gerais para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de combate e controle de pragas urbanas, nas áreas interna e externa dos complexos operacionais e de manutenções da CPTM, com aplicação de produtos específicos para um tratamento eficaz.

2.1.2. A prestação dos serviços contempla a utilização de mão de obra qualificada e equipamentos próprios, com fornecimento de produtos, materiais e insumos necessários.

2.2. Pragas Consideradas

2.2.1. Os serviços de combate e controle de pragas destinam-se às seguintes pragas urbanas:

2.2.1.1. Animais sinantrópicos

- a) Roedores, pombos, morcegos, serpentes e os artrópodes, tais como as moscas, mosquitos e pernilongos, pulgas, barbeiros e percevejos, piolhos, baratas, taturanas, formigas e cupins, abelhas e vespas, traças, aranhas, carrapatos, escorpiões, lacraias e centopeias e os demais insetos pertencentes a essa categoria.

2.2.1.2. Vegetação indesejada

2.3. Agentes, Meios de Combate e Controle e Periodicidades

2.3.1. Agentes de combate e controle

2.3.1.1. Físico - armadilhas, repelentes, barreira e captura e soltura

2.3.1.2. Químico - inseticida e raticida

2.3.1.3. Biológico - larvicida e produção controlada

2.3.2. Técnicas de combate e controle e periodicidade

2.3.2.1. Desratização (roedores) - a cada 3 meses ou foco localizado, a pedido da CPTM

- 2.3.2.2. Desinsetização (artrópodes) - a cada 3 meses ou foco localizado, a pedido da CPTM
- 2.3.2.3. Capina Química (vegetação indesejada) - a cada 3 meses
- 2.3.2.4. Manejo e Bloqueio (pombos, morcegos e serpentes) - foco localizado, a pedido da CPTM

2.4. Metodologia para Desratização

- 2.4.1. O combate e controle de roedores é considerado uma atividade de rotina.
- 2.4.2. O controle de ratos deverá ser realizado de forma sistemática e contínua, sendo que a curto prazo deve ser feita a desinfestação local e a médio / longo prazo, a prevenção de reinfestação.
- 2.4.3. Auditoria inicial
 - 2.4.3.1. Deverá ser realizada uma minuciosa auditoria que inclui: vistoria detalhada das edificações, perímetros interno e externo, circunvizinhança e, ainda, entrevista com pessoas que trabalham no local para obtenção de informações detalhadas acerca das infestações que ocorrem na área e a respeito dos pontos críticos.
 - 2.4.3.2. As ações de combate sugeridas deverão ser iniciadas com as atividades de distribuição e controle de iscas nos locais que se caracterizam como sendo os mais propícios à infestação de roedores.
 - 2.4.3.3. Após a checagem e análise dos resultados dessa etapa inicial, por meio da verificação e controle de consumo de iscas, deverá ser estabelecida a estrutura de monitoramento. A CONTRATADA deverá elaborar um mapa de monitoramento de roedores com a indicação das áreas.
 - 2.4.3.4. Quando necessário deverão ser instaladas armadilhas de captura para identificação exata da espécie responsável pelas ocorrências.
 - 2.4.3.5. Após esta etapa deverá ser elaborado um relatório de implantação com os seguintes dados: as espécies de roedores que ocorrem, onde ocorrem, quais as técnicas que serão utilizadas para controle e prevenção futura e a programação das atividades, bem como um mapa com os pontos de ocorrências e a localização dos pontos de monitoramento.
- 2.4.4. Determinação das áreas de aplicação
 - 2.4.4.1. Quanto às áreas, a desratização deverá ser executada nas unidades de proteção previstas nesse escopo de contratação.
 - 2.4.4.2. Para as estações, a desratização deverá ser realizada: sob a

plataforma, poço de escada rolante, poço de elevador e porão; áreas administrativas, operacionais, técnicas e terceirizadas; sanitário dos empregados, do público e terceirizados; passarela de acesso, poço de visita; via permanente / faixa ferroviária (ao longo da extensão da plataforma, mais a distância de 100 metros lineares além de cada extremidade da plataforma); vãos entre muros na divisa de propriedades lindeiras, incluídas as canaletas de drenagem, áreas verdes ou jardins adjacentes e pertencentes à estação.

2.4.5. Pontos de monitoramento

- 2.4.5.1. Os pontos de monitoramento deverão ser definidos após a auditoria inicial.
- 2.4.5.2. Estes pontos deverão receber uma identificação fixa para que se possa criar um anel sanitário com histórico do local.
- 2.4.5.3. Os pontos de monitoramento serão examinados conforme a periodicidade especificada, visando avaliar a eficácia do serviço e o nível de toque e consumo das iscas.
- 2.4.5.4. Além disso, algumas áreas internas consideradas como críticas deverão receber armadilhas adesivas com atrativo alimentar.
- 2.4.5.5. De acordo com as características do local, deverão ser utilizados equipamentos adequados para cada situação, salientando-se que as portas-iscas e mesmo as iscas desabrigadas deverão ser instaladas em locais fora do alcance de usuários do sistema e de empregados não integrados aos serviços.
- 2.4.5.6. A seguir, encontram-se descritos os equipamentos sugeridos e que poderão ser aplicados para tal finalidade:
 - a) Porta-isca de Chave - Porta-isca fechado com chave e fixo ao piso. Destinado ao uso em corredores ou cantos devido ao seu design. Permite o uso de iscas em bloco parafinado, pallets, grãos ou pó de contato. Fabricado em polietileno de alta densidade é indicado para ambientes externos / internos onde não pode haver exposição da isca, pois apresenta elevado grau de proteção destas.
 - b) Porta-isca de Parede - Porta-isca aberto, fixo à parede. Destinado ao uso em áreas externas. Fabricado em polietileno de alta densidade, funciona como uma cobertura da isca. Só deve ser utilizado com iscas parafinadas. Indicado para perímetro externo de edificações onde não há restrições de segurança (crianças, animais domésticos etc.).
 - c) Porta-isca de Jardim - Porta-isca aberto, fixo ao solo. Destinado ao uso em áreas externas e fabricado em polietileno de alta densidade, funciona como uma cobertura

da isca. Só deve ser utilizado com iscas parafinadas. Indicado para perímetro externo onde há predominância de jardins ou áreas verdes e não haja restrições de segurança (crianças, animais domésticos etc.).

- d) Placa Adesiva - Empregada em casos especiais, a placa adesiva é protegida por um túnel, fixa à parede ou ao chão. Destinada ao uso em áreas internas. Fabricado em polietileno de alta densidade, indicado para perímetro interno das edificações onde há restrições de segurança (crianças, animais domésticos etc.).

2.4.6. Execução

- 2.4.6.1. Nos locais mapeados propícios à ocorrência de roedores, deverão ser distribuídas iscas raticidas para promover a eliminação do maior número possível de ratos.
- 2.4.6.2. Sugere-se que as tocas sejam tratadas com raticidas em formulação em pó e fechadas.
- 2.4.6.3. Os animais mortos deverão ser cuidadosamente coletados e embalados pela CONTRATADA, para posterior destinação como resíduo orgânico potencialmente contaminante, obedecendo à legislação pertinente.
- 2.4.6.4. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento dos animais mortos em tempo hábil objetivando evitar cheiro desagradável devido à sua decomposição, principalmente no que se refere à exposição aos usuários e empregados, de forma a zelar pela imagem da CPTM.
- 2.4.6.5. A CONTRATADA também deverá recolher todos os excrementos de qualquer natureza, encontrados nas dependências, bem como a desinfecção que se fizer necessária, eliminando inclusive o mau cheiro (odores).
- 2.4.6.6. Constatadas tais situações, sem o conhecimento ou sua presença, a CONTRATADA será acionada e deverá imediatamente atender ao chamado e providenciar o recolhimento dos animais mortos, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 4 horas a partir da solicitação (chamado).
- 2.4.6.7. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento das iscas raticidas, aplicadas no ciclo anterior, durante a nova aplicação nas instalações.

2.4.7. Inspeções

- 2.4.7.1. Visando avaliar a eficácia dos serviços, deverão ser verificados todos os pontos de monitoramento, observando o nível de toque e consumo das iscas ou a verificação das armadilhas adesivas com atrativo alimentar.

- 2.4.7.2. Sugere-se que a frequência de monitoramento seja feita a cada 14 dias, para que coincida sempre no mesmo dia da semana.
- 2.4.7.3. A CONTRATADA deverá emitir relatórios de visitas técnicas após cada monitoramento, contendo os dados de monitoramento e tratamento dos focos nas áreas das estações e o levantamento de não conformidades do período e análise da evolução da infestação das pragas.
- 2.4.7.4. Durante o processo de monitoramento, havendo a necessidade, a CONTRATADA deverá realizar treinamentos setorializados aos empregados da CPTM, de acordo com as prioridades das áreas cliente.

2.5. Metodologia para Desinsetização

- 2.5.1. O combate e controle de insetos rasteiros são considerados atividades de rotina e sugere-se que a forma de tratamento deve ser realizada, preferencialmente, com o emprego de produtos químicos por meio de aplicação de gel ou, se necessário, por pulverização a baixo volume ou ultra baixo volume (UBV), utilizando inseticida residual.
- 2.5.2. O tratamento de focos da Dengue também é considerado uma atividade de rotina. A forma de tratamento de larvas do mosquito *Aedes Aegypti* sugerida deve ser feita por método de remoção mecânica dos pontos de acúmulo de água, com destinação adequada dos objetos removidos e, quando a remoção não for possível, deve-se executar o tratamento do espelho d'água com produtos que impeçam o desenvolvimento das larvas.
- 2.5.3. Para o caso do mosquito *Aedes Aegypti*, preferencialmente, o tratamento sugerido deve ser por meio químico, aplicação de gel ou por pulverização a baixo volume ou ultra baixo volume (UBV), utilizando inseticida residual.
- 2.5.4. Auditoria Inicial
 - 2.5.4.1. Deverá ser realizada uma minuciosa auditoria que inclui: vistoria detalhada das edificações, perímetros interno e externo, circunvizinhança e, ainda, entrevista com pessoas que trabalham no local para obtenção de informações detalhadas acerca das infestações que ocorrem na área e a respeito dos pontos críticos.
 - 2.5.4.2. A desinsetização deverá ser iniciada nos locais com histórico de ocorrência, com focos tratados quimicamente por meio de aplicações generalizadas e eficientes.
 - 2.5.4.3. Sugere-se adotar o procedimento a seguir:
 - a) Levantamento das não conformidades e dos focos observados durante o tratamento;
 - b) Instalação de armadilhas adesivas (com atrativos químicos ou físicos) para a captura e monitoramento dos insetos rasteiros;

- c) Identificação e mapeamento dos pontos de controle;
- d) Elaboração do mapa de monitoramento de pragas;
- e) Classificação das áreas em relação à criticidade da infestação e riscos;
- f) Elaboração do cronograma de intervenções e monitoramento;
- g) Realização de palestras de orientação com as pessoas responsáveis pelos setores;
- h) Elaboração do relatório de implantação contendo: ações de controle realizadas, mapas de monitoramento, cronograma de intervenções e monitoramento, relatório de não conformidades.

2.5.4.4. Os procedimentos acima são ações básicas podendo, em função da técnica e expertise da CONTRATADA, serem adotadas outras ações desde que tenham igual ou maior eficiência e que sejam previamente aprovadas pela CPTM.

2.5.5. Pontos de Monitoramento

2.5.5.1. Os pontos de monitoramento deverão ser definidos na auditoria inicial.

2.5.5.2. Estes pontos deverão receber uma identificação fixa para que se possa criar um anel sanitário com histórico de ocorrências.

2.5.6. Produtos e Técnicas Empregados

2.5.6.1. Conforme o diagnóstico e a expertise esperada por parte da CONTRATADA deverão ser definidos os produtos, métodos e técnicas mais adequados a serem aplicados a cada caso, mediante aprovação da CPTM.

2.5.7. Execução

2.5.7.1. Deverá ser realizada por meio de tratamentos químicos localizados, com uso de equipamento e técnicas que gerem o menor risco possível de contaminação de pessoas e equipamentos, em função do local de aplicação e em atendimento às normas e legislações pertinentes, conforme segue:

- a) Nas tubulações, porões, poços de elevadores, forros, estruturas, pisos e revestimentos etc., em que se perceber a necessidade de tratamento e onde não houver restrições em termos de segurança, os defensivos poderão ser aplicados por meio de atomização;

- b) Para áreas de operação de difícil acesso (galerias, túneis, poços de visita, galerias pluviais, caixas de esgoto e gordura etc.) as aplicações poderão ser realizadas empregando-se processos de pulverização a baixo volume e ultra baixo volume (atomização e UBV). Outros processos de aplicação poderão ser excepcionalmente adotados para situações especiais e para casos específicos;
- c) Nas áreas administrativas e de uso público o tratamento deverá priorizar o emprego de gel ou pulverização a baixo volume;
- d) Complementarmente, deverão ser utilizadas iscas alimentícias para controle de baratas e formigas (monitoramento da eficiência e eficácia do tratamento) associadas aos tratamentos anteriormente descritos. Estas iscas preferencialmente deverão ser em formulação gel.

2.5.8. Inspeções

- 2.5.8.1. Sugere-se que o monitoramento seja realizado por meio de iscagem permanente de todas as dependências com o uso de armadilhas e/ou iscas instalados, com frequência de monitoramento de 28 dias.
- 2.5.8.2. A CONTRATADA deverá emitir relatórios de visitas técnicas após cada monitoramento, contendo os dados de controle e tratamento dos focos e o levantamento de não conformidades do período e análise da evolução da infestação das principais pragas.
- 2.5.8.3. Durante o processo de monitoramento, havendo a necessidade, a CONTRATADA deverá realizar palestras de orientação setorializadas de acordo com as prioridades do cliente.

2.6. Metodologia para Capina Química

- 2.6.1. As capinas químicas urbana são consideradas atividades de rotina, que consiste na remoção das vegetações consideradas daninhas aos interesses do homem, e sugere-se que a forma de tratamento deve ser realizada, preferencialmente, com o emprego de produtos químicos por meio de aplicação por pulverização a baixo volume ou ultra baixo volume (UBV), utilizando herbicidas.
- 2.6.2. Todos os produtos utilizados para este fim devem ser considerados produtos NA (*Não Agrícola*) e devem possuir registro no IBAMA.

2.7. Metodologia de Manejo e Bloqueio de Pragas

2.7.1. Pombos

- 2.7.1.1. O controle de pombos é considerado uma atividade eventual.
- 2.7.1.2. Na fase inicial do contrato, a CONTRATADA deverá realizar os levantamentos dos locais infestados, avaliando a extensão e o

grau de inconveniência. A partir desses dados, a CONTRATADA deverá definir a forma de combate e controle e estabelecer as prioridades de execução. Caso necessário, e mediante autorização da CPTM, a execução dos serviços iniciais deverá ocorrer no intervalo de tempo que corresponde aos 6 primeiros meses de eficácia de contrato.

2.7.1.3. A CONTRATADA deverá tomar as devidas providências necessárias para o combate e controle, com a consequente adoção de medidas preventivas tais como: a identificação e eliminação da oferta de alimento, incluindo orientação aos empregados para sua eliminação; realização do fechamento dos acessos com rede de malha apropriada; colocação de espículas e outras medidas, conforme a pertinência e a forma mais adequadas de instalação e combate.

2.7.1.4. No decorrer do contrato novos focos poderão ocorrer. Nestes casos, a CPTM acionará a CONTRATADA para que sejam realizadas as adequadas remoções dos animais e limpeza prévia dos locais.

2.7.2. Morcegos

2.7.2.1. O controle de morcegos é considerado uma atividade eventual.

2.7.2.2. Na fase inicial do contrato, a CONTRATADA deverá realizar os levantamentos dos locais infestados, avaliando a extensão e o grau de inconveniência. A partir desses dados a CONTRATADA deverá definir a forma de combate e controle e estabelecer as prioridades de execução. Caso necessário, e mediante autorização da CPTM, a execução dos serviços iniciais deverá ocorrer no intervalo de tempo que corresponde aos 6 primeiros meses de eficácia de contrato.

2.7.2.3. A CONTRATADA deverá tomar as devidas providências necessárias para o combate e controle, com a consequente adoção de medidas preventivas tais como: aplicação de repelente; fechamento dos acessos e demais ações, conforme a pertinência e a forma mais adequadas de instalação e combate

2.7.2.4. No decorrer do contrato novos focos poderão ocorrer. Nestes casos, a CPTM acionará a CONTRATADA para que sejam realizadas as adequadas remoções dos animais e limpeza prévia dos locais.

2.7.3. Serpentes

2.7.3.1. A presença de serpentes é considerada uma atividade eventual e emergencial.

2.7.3.2. Na ocorrência destes eventos, a CPTM acionará a CONTRATADA, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 2 horas, contadas a partir da solicitação

(chamado). O atendimento requer a captura e envio das serpentes ao Instituto Butantã ou instituição devidamente habilitada para esse tipo de recebimento.

- 2.7.3.3. A CONTRATADA deverá comprovar a destinação adequada do animal, mediante a apresentação do atestado de recebimento emitido pela instituição.

2.8. Garantia dos Serviços

- 2.8.1. A garantia dos serviços prestados deverá ser de 3 meses, coincidindo com o período de repetição programada dos serviços.
- 2.8.2. Se dentro deste intervalo de tempo ocorrer alguma infestação de pragas, a CONTRATADA será acionada pela CPTM para tomar as medidas necessárias e/ou refazer o serviço, sem ônus adicional à CPTM.
- 2.8.3. Nos casos da necessidade de retrabalho, ou seja, repetição dos serviços dentro do prazo de garantia, os prazos estipulados na programação previamente aprovada pela CPTM não serão alterados (postergados).

2.9. Produtos e Materiais Aplicados

- 2.9.1. Todos os produtos e materiais de consumo utilizados nos serviços devem ser adquiridos e administrados pela CONTRATADA.
- 2.9.2. Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham benzeno em sua composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003.
- 2.9.3. Para cada produto utilizado, a CONTRATADA deverá especificar o tempo de aplicação e o tempo em que cada ambiente tratado deverá permanecer isolado.
- 2.9.4. Nas áreas das edificações com funcionamento ininterrupto será resguardado o tempo mínimo necessário para sua liberação, conforme orientação da CONTRATADA, não podendo, por razões operacionais, ser superior a 2 horas. Desta forma, a CONTRATADA deverá utilizar produtos compatíveis com esta exigência ou que permitam sua utilização imediata sem causar riscos à saúde dos empregados e usuários da CPTM.
- 2.9.5. A CONTRATADA deverá seguir as normas da vigilância sanitária, em especial as instituídas pela Lei nº 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 79.094/77 e deverá discriminar os produtos químicos de acordo com a sua composição, fabricante e utilização (FISPQs), sendo que estes produtos deverão ter o registro no Ministério da Saúde. Conforme o normativo padrão ABNT deverá fornecer também relação dos materiais e equipamentos a serem utilizados nos serviços, com apresentação do catálogo destes últimos.
- 2.9.6. A CPTM não disponibilizará locais para armazenamento e guarda temporários de produtos, materiais e equipamentos da CONTRATADA.

2.10. Equipe Técnica

- 2.10.1. Os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se para os trabalhos na CPTM devidamente uniformizados, com crachás de identificação e todos os equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários ao desenvolvimento de suas atividades e para cumprimento das normas de segurança internas da CPTM.
- 2.10.2. Se aplicável, dependendo da unidade de proteção, os empregados deverão apresentar os certificados de treinamento referentes às Normas Regulamentadoras NR 9: Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados e NR-35: Trabalho em Altura.

2.11. Transporte de Pessoal e Materiais

- 2.11.1. O transporte de pessoal, materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos serviços, das bases da CONTRATADA às unidades de proteção CPTM e vice-versa, assim como a remoção de resíduos oriundos do processo de combate e controle das pragas, deverá ser providenciado e realizado pela CONTRATADA, sem ônus adicional à CPTM.
- 2.11.2. O transporte de praguicidas deve atender às exigências da regulamentação expressa do Centro de Vigilância Sanitária, conforme CVS n.º 09/2000 da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo que regem a matéria.

2.12. Plano de Trabalho, a ser apresentado pela CONTRATADA (em até 7 (sete) dias corridos da assinatura do Contrato)

- 2.12.1. O Plano de Trabalho, Qualidade e Segurança deverá ser elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CPTM para posterior início dos serviços nas unidades de proteção.
- 2.12.2. Cada uma das 18 'unidades tipo' de proteção, definidas no item 3 deste Termo de Referência, deverá possuir um Plano de Trabalho, Qualidade e Segurança, reunindo as seguintes informações:

2.12.2.1. Estratégia Operativa

- a) Descrição sistematizada das ações que serão empreendidas para a realização dos serviços, compreendendo: os planos de ações com a metodologia de combate às pragas, os equipamentos e os produtos químicos que serão empregados, com suas respectivas FISPQs (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico); o plano de gestão e logística de materiais a serem utilizados (suprimentos, produtos químicos e resíduos gerados); o plano de política ambiental e de remoção e destinação adequada de insetos e animais mortos resultante do combate, que deverão atender às normas técnicas e legislação vigentes e pertinentes referente à realizações dos

serviços contratados; a grade de programação de combate às pragas divididas por eventos, definidos no item 3 deste Termo de Referência.

2.12.2.2. Estrutura de pessoal

- a) Dimensionamento da equipe técnica, total e por evento, que deverá atender as rotinas e emergências de combate e controle das pragas nas unidades de proteção.

2.12.2.3. Equipamentos

- a) Relacionar os equipamentos que serão disponibilizados para a execução dos serviços.

2.12.2.4. Sistema de Gerenciamento e Garantia de Qualidade

- a) Descrever o prazo e a rotina de atendimento da garantia caso a CONTRATADA tenha que realizar ações corretivas de reaplicação dos produtos.

3. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Para efeito de acompanhamento, fiscalização e medição dos serviços, o objeto desta está dividido em eventos, que estão associados às linhas comerciais da CPTM, sendo que cada evento reúne áreas distintas de combate e controle de pragas, denominadas 'unidades de proteção tipo', ou simplesmente 'unidades tipo'.

3.2. Definição dos Eventos

Evento	Descrição
1	Linha 7 - Rubi
2	Linha 10 - Turquesa
3	Linha 11 - Coral
4	Linhas 12 - Safira e Linha 13 - Jade

3.3. Unidades Tipo

Identificação	Descrição
1	Estações
2	Ciclovia
3	Subestações
4	Cabines Primárias
5	Cabines Seccionadoras
6	Repetidoras de Rádio
7	Bases de Manutenção (fora das instalações das estações e complexos de manutenção)

Identificação	Descrição
8	Houses, Locações e Bangalôs
9	Salas Técnicas STO
10	Túneis
11	Pátios de Estacionamento
12	Lavadores de Trens
13	Complexo Luz - Administração
14	Complexo Luz - Manutenção
15	Complexo Engenheiro São Paulo - Manutenção
16	Complexo Lapa - Manutenção A (domínio e uso CPTM)
17	Complexo Lapa - Manutenção B (uso CPTM)
18	Complexo Roosevelt - Administração

3.4. Quadro de Quantidades de Unidades a Serem protegidas

UNIDADES DE PROTEÇÃO	LINHAS	7	10	11	12	13	TOTAL
	Unidade Tipo	Inclui LUZ	Inclui BAS	Inclui EGO			
	1 Estações	16	13	12	12	3	56
	2 Ciclovia	--	--	--	--	--	0
	3 Subestações	5	3	6	3	3	20
	4 Cabines Primárias	1	3	--	2	--	6
	5 Cabines Seccionadoras	4	3	5	2	1	15
	6 Repetidoras de Rádio	3	1	1	--	--	5
	7 Bases de Manutenção (fora das instalações das estações e complexos de manutenção)	10	8	6	11	--	35
	8 Houses, Locações e Bangalôs	31	27	17	24	--	99
	9 Salas Técnicas STO	17	16	14	15	3	65
	10 Túneis	--	--	3	--	--	3
	11 Pátios de Estacionamento	6	3	7	3	1	20
	12 Lavadores de Trens	1	--	1	--	--	2
	13 Complexo Luz - Administração	--	1	--	--	--	1
	14 Complexo Luz - Manutenção	--	1	--	--	--	1
	15 Complexo Eng. São Paulo - Manutenção	--	--	1	--	--	1
	16 Complexo Lapa - Manutenção A (domínio e uso CPTM)	1	--	--	--	--	1
	17 Complexo Lapa - Manutenção B (domínio MRS e uso CPTM)	1	--	--	--	--	1
	18 Complexo Roosevelt - Administração	--	--	1	--	--	1
	TOTAL	96	79	74	72	11	332

3.4.1. A abrangência dos serviços de combate e controle das pragas compreende:

3.4.1.1. jardins e áreas verdes internas e externas aos complexos operacionais e de manutenções;

3.4.1.2. estacionamentos interno e externo de veículos;

- 3.4.1.3. portarias e guaritas de segurança;
- 3.4.1.4. bicicletários;
- 3.4.1.5. estações e abrigos de trens, oficinas e bases de manutenção;
- 3.4.1.6. rampas, passarelas, corredores e passagens subterrâneas, internas e externas;
- 3.4.1.7. escadas fixas e rolantes (módulos e fossos) internas e externas;
- 3.4.1.8. elevadores (capsulas e fossos) internos e externos;
- 3.4.1.9. bilheterias, saguões e mezaninos;
- 3.4.1.10. plataformas operacionais e de manutenção (superfícies, porões e valas);
- 3.4.1.11. sanitários públicos de uso coletivo e exclusivo da CPTM;
- 3.4.1.12. vestiários, refeitórios e copas;
- 3.4.1.13. salas administrativas, operacionais e técnicas;
- 3.4.1.14. anéis sanitários em torno das estações;
- 3.4.1.15. lavadores de trens;
- 3.4.1.16. pátios de estacionamento de trens (comerciais, em manutenção e imobilizados);
- 3.4.1.17. subestações e cabines primárias e seccionadoras;
- 3.4.1.18. almoxarifados e depósitos de materiais, resíduos e lixos;
- 3.4.1.19. túneis;
- 3.4.1.20. reservatórios inferiores e superiores (água potável, reuso e combate de incêndio etc.) e casas de bombas;
- 3.4.1.21. caixas e dutos de passagem enterrados (água, esgoto, cabos de energia elétrica, sinalização, telefonia, fibra ótica etc.).

3.5. Período de Trabalho

- 3.5.1. Os serviços contratados, preferencialmente, deverão seguir es escalas abaixo definidas:
 - 3.5.1.1. nos dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no período diurno, entre 9h e 16;
 - 3.5.1.2. nos dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, no período noturno, entre 0h30 e 3h30, com as estações fechadas;

3.5.1.3. nos feriados e fins de semana, no período diurno, entre 9h e 16h.

3.5.2. Serviços executados fora da escala normal de prestação de serviços somente poderão ser realizados mediante prévia programação solicitada pela CONTRATADA e autorizada pela CPTM.

3.5.3. Excepcionalmente, em razão de emergências operacionais, A CPTM poderá alterar as datas e/ou os horários programados para a realização dos serviços.

3.5.4. A programação das atividades deverá ser realizada em tratativas prévias entre a CONTRATADA e a CPTM, com antecedência mínima de 5 dias úteis da data prevista para a execução dos serviços.

3.5.5. Períodos de Trabalho Preferenciais

UNIDADES DE PROTEÇÃO	LINHAS	7	10	11	12	13
	Unidade Tipo	Inclui LUZ		Inclui BAS		Inclui EGO
	1 Estações	N	N	N	N	N
	2 Ciclovias	--	--	--	--	--
	3 Subestações	D1	D1	D1	D1	D1
	4 Cabines Primárias	D1	D1	D1	D1	D1
	5 Cabines Seccionadoras	D1	D1	D1	D1	D1
	6 Repetidoras de Rádio	D1	D1	D1	D1	D1
	7 Bases de Manutenção (fora das instalações das estações e complexos de manutenção)	D2	D2	--	D2	--
	8 Houses, Locções e Bangalos	D1	D	D1	D1	--
	9 Salas Técnicas STO	D1	D1	D1	D1	D1
	10 Túneis	--	--	N	--	--
	11 Pátios de Estacionamento	D1	D1	D1	D1	D1
	12 Lavadores de Trens	D1	--	D1	--	--
	13 Complexo Luz - Administração	--	D2	--	--	--
	14 Complexo Luz - Manutenção	--	D2	--	--	--
	15 Complexo Eng. São Paulo - Manutenção	--	--	D2	--	--
	16 Complexo Lapa - Manutenção A (domínio e uso CPTM)	D2	--	--	--	--
	17 Complexo Lapa - Manutenção B (domínio MRS e uso CPTM)	D2	--	--	--	--
	18 Complexo Roosevelt - Administração	--	--	D2	--	--

N - Noturno (%)	17	16	20	17	27
D1 - Diurno (dias úteis) (%)	75	70	77	70	73
D2 - Diurno (feriados e fins de semana)	8	14	3	13	0

3.6. Evento 1

3.6.1. Lista de Endereços

3.6.1.1. A lista com os endereços das 96 unidades de proteção encontra-se na Lista de Endereços das Unidades de Proteção, Anexo deste Termo de Referência.

3.6.2. Pragas Identificadas e Constatadas

3.6.2.1. Na Relação de Pragas Constatadas na CPTM, Anexo deste Termo de Referência, constam as pragas urbanas já identificadas e constatadas nas unidades de proteção.

3.6.2.2. Esta relação de pragas não limita os tipos de pragas urbanas que deverão ser consideradas pela CONTRATADA, constantes no item 2 deste Termo de Referência, tem apenas como finalidade subsidiar a CONTRATADA no desenvolvimento da metodologia mais adequada e eficaz para o combate e controle das pragas e auxiliar o trabalho inicial de combate das pragas.

3.6.3. Ambientes a Serem Tratados

3.6.3.1. Nas Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga, Anexo deste Termo de Referência, constam as unidades de proteção com seus ambientes e áreas a serem tratadas e protegidas das pragas.

3.6.3.2. O resumo do evento encontra-se no Tipo de Combate e Controle de Pragas por Ambiente, Anexo deste Termo de Referência.

3.6.3.3. As características de uso dos ambientes são apenas informativas. Suas quantidades podem variar, migrando de um tipo definido de ambiente para outro, porém, as áreas totais permanecem inalteradas.

3.6.3.4. Em complemento ao endereço de algumas unidades, segue a relação de desenhos CPTM facilitadores para identificação dos locais e distribuição das unidades de proteção:

- a) Desenho CPTM BF2972-4: Mapa das Edificações Complexo Lapa
- b) Desenho CPTM BF2973-2: Mapa das Edificações Complexo Lapa - Uso e Domínio CPTM
- c) Desenho CPTM BF2974-0: Mapa das Edificações Complexo Lapa - Uso CPTM
- d) Desenho CPTM BF4109-0: Base Via Permanente NX Luz
- e) Desenho CPTM BF4110-4: Base Via Permanente Luz Linha 7ª
- f) Desenho CPTM BF4111-2: Depósito Via Permanente Luz Linha 7A

- g) Desenho CPTM BF2558-3: Base Oficina Pirituba
- h) Desenho CPTM BF4112-0: Base Via Permanente Francisco Morato

3.7. Evento 2

3.7.1. Lista de Endereços

- 3.7.1.1. A lista com os endereços das 79 unidades de proteção encontra-se na Lista de Endereços das Unidades de Proteção, Anexo deste Termo de Referência.

3.7.2. Pragas Identificadas

- 3.7.2.1. Na Relação de Pragas Constatadas na CPTM, Anexo deste Termo de Referência, constam as pragas urbanas já identificadas e constatadas nas unidades de proteção.
- 3.7.2.2. Esta relação de pragas não limita os tipos de pragas urbanas que deverão ser consideradas pela CONTRATADA, constantes no item 2 deste Termo de Referência, tem apenas como finalidade subsidiar a CONTRATADA no desenvolvimento da metodologia mais adequada e eficaz para o combate e controle das pragas e auxiliar o trabalho inicial de combate das pragas.

3.7.3. Ambientes a Serem Tratados

- 3.7.3.1. Nas Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga, Anexo deste Termo de Referência, constam as unidades de proteção com seus ambientes e áreas a serem tratadas e protegidas das pragas.
- 3.7.3.2. O resumo do evento encontra-se no Tipo de Combate e Controle de Pragas por Ambiente, Anexo deste Termo de Referência.
- 3.7.3.3. As características de uso dos ambientes são apenas informativas. Suas quantidades podem variar, migrando de um tipo definido de ambiente para outro, porém, as áreas totais permanecem inalteradas.
- 3.7.3.4. Em complemento ao endereço de algumas unidades, segue a relação de desenhos CPTM facilitadores para identificação dos locais e distribuição das unidades de proteção:
 - a) Desenho CPTM BF3389-6 - Mapa das Edificações Complexo Luz
 - b) Desenho CPTM BF2397-1 - Distritos Via Permanente Linha 10 - São Caetano
 - c) Desenho CPTM BF4113-9 - Base de Manutenção Civil de Apoio Mauá - Linha 10 - DOVD

3.8. Evento 3

3.8.1. Lista de Endereços

- 3.8.1.1. A lista com os endereços das 74 unidades de proteção encontra-se na Lista de Endereços das Unidades de Proteção, Anexo deste Termo de Referência.

3.8.2. Pragas Identificadas

- 3.8.2.1. Na Relação de Pragas Constatadas na CPTM, Anexo deste Termo de Referência, constam as pragas urbanas já identificadas e constatadas nas unidades de proteção.
- 3.8.2.2. Esta relação de pragas não limita os tipos de pragas urbanas que deverão ser consideradas pela CONTRATADA, constantes no item 2 deste Termo de Referência, tem apenas como finalidade subsidiar a CONTRATADA no desenvolvimento da metodologia mais adequada e eficaz para o combate e controle das pragas e auxiliar o trabalho inicial de combate das pragas.

3.8.3. Ambientes a Serem Tratados

- 3.8.3.1. Nas Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga, Anexo deste Termo de Referência, constam as unidades de proteção com seus ambientes e áreas a serem tratadas e protegidas das pragas.
- 3.8.3.2. O resumo do evento encontra-se no Tipo de Combate e Controle de Pragas por Ambiente, Anexo deste Termo de Referência.
- 3.8.3.3. As características de uso dos ambientes são apenas informativas. Suas quantidades podem variar, migrando de um tipo definido de ambiente para outro, porém, as áreas totais permanecem inalteradas.
- 3.8.3.4. Em complemento ao endereço de algumas unidades, segue a relação de desenhos CPTM facilitadores para identificação dos locais e distribuição das unidades de proteção:
- a) Desenho CPTM BF3434-6: Mapa das Edificações Complexo Engenheiro São Paulo
 - b) Desenho CPTM BF3392-6: Mapa das Edificações Complexo Roosevelt

3.9. Evento 4

3.9.1. Lista de Endereços

- 3.9.1.1. A lista com os endereços das 83 unidades de proteção encontra-se na Lista de Endereços das Unidades de Proteção, Anexo deste Termo de Referência.

3.9.2. Pragas Identificadas

- 3.9.2.1. Na Relação de Pragas Constatadas na CPTM, Anexo deste Termo de Referência, constam as pragas urbanas já identificadas e constatadas nas unidades de proteção.
- 3.9.2.2. Esta relação de pragas não limita os tipos de pragas urbanas que deverão ser consideradas pela CONTRATADA, constantes no item 2 deste Termo de Referência, tem apenas como finalidade subsidiar a CONTRATADA no desenvolvimento da metodologia mais adequada e eficaz para o combate e controle das pragas e auxiliar o trabalho inicial de combate das pragas.

3.9.3. Ambientes a Serem Tratados

- 3.9.3.1. Nas Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga, Anexo deste Termo de Referência, constam as unidades de proteção com seus ambientes e áreas a serem tratadas e protegidas das pragas.
- 3.9.3.2. O resumo do evento encontra-se no Tipo de Combate e Controle de Pragas por Ambiente, Anexo deste Termo de Referência.
- 3.9.3.3. As características de uso dos ambientes são apenas informativas. Suas quantidades podem variar, migrando de um tipo definido de ambiente para outro, porém, as áreas totais permanecem inalteradas.
- 3.9.3.4. Em complemento ao endereço de algumas unidades, segue a relação de desenhos CPTM facilitadores para identificação dos locais e distribuição das unidades de proteção:
 - a) Desenho CPTM BF2593-1: Distritos Via Permanente Linha 12 - Calmon Viana - Solda
 - b) Desenho CPTM BF2592-3: Base de Manutenção Civil - Linha 11 - DOVD
 - c) Desenho CPTM BF2594-0: Distritos Via Permanente Linha 12 - Calmon Viana - Mecanização

4. NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO VIGENTE

- 4.1. A CONTRATADA deverá atender todas as normas técnicas e legislação vigentes e pertinentes estabelecidas referente a esse objeto, com destaque em especial:
- 4.2. Normas Técnicas
 - 4.2.1. Centro de Vigilância Sanitária - Portaria CVS nº. 09 de 16 de novembro de 2000 - Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço em Controle de Vetores e Pragas Urbanas;

- 4.2.2. NBR 13968 - Embalagem rígida vazia de agrotóxico - Procedimentos de lavagem;
- 4.2.3. NBR 10004 - Resíduos sólidos - Classificação;
- 4.3. Legislação
 - 4.3.1. Decreto Estadual nº 8468/76;
 - 4.3.2. Lei Federal nº 6360 de 23 de setembro de 1976;
 - 4.3.3. Decreto Estadual nº 12.342 de 27 de setembro de 1978;
 - 4.3.4. Decreto Estadual nº 12.479 de 18 de outubro de 1978;
 - 4.3.5. Decreto 96.044 de 18 de maio de 1988;
 - 4.3.6. Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989;
 - 4.3.7. Portaria ANTT nº 204 de 20 de maio de 1997;
 - 4.3.8. Portaria nº 321 de 28 de julho de 1997;
 - 4.3.9. Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998;
 - 4.3.10. Lei Estadual nº 10.083 de 23 de setembro de 1998;
 - 4.3.11. Resolução ANVISA - RDC nº 184 de 22 de outubro de 2001;
 - 4.3.12. Decreto nº. 4.074, de 04 de janeiro de 2002;
 - 4.3.13. Lei Municipal de São Paulo nº 14.486, de 19 de julho de 2007;
 - 4.3.14. Resolução ANVISA - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;
 - 4.3.15. Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.
- 5. **ANEXOS (EM MÍDIA ELETRÔNICA)**
 - 5.1. Critério de Medição.
 - 5.2. Cronograma Físico de Execução.
 - 5.3. Cronograma Físico Financeiro.
 - 5.4. Norma Implementadora CPTM NI. 01/011 - Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Obras e Serviços.
 - 5.5. Norma de Serviços CPTM NS. DO/002 - Determinações para execução de obras ao longo da via férrea.
 - 5.6. Lista de Endereços das Unidades de Proteção.

- 5.7. Relação de Pragas Constatadas na CPTM.
- 5.8. Unidades de Proteção e seus Ambientes Submetidos ao Combate e Controle de Praga.
- 5.9. Tipo de Combate e Controle de Pragas por Ambiente.
- 5.10. Desenho CPTM BF2972-4: Mapa das Edificações Complexo Lapa.
- 5.11. Desenho CPTM BF2973-2: Mapa das Edificações Complexo Lapa - Uso e Domínio CPTM.
- 5.12. Desenho CPTM BF2974-0: Mapa das Edificações Complexo Lapa - Uso CPTM.
- 5.13. Desenho CPTM BF4109-0: Base Via Permanente NX Luz.
- 5.14. Desenho CPTM BF4110-4: Base Via Permanente Luz Linha 7A.
- 5.15. Desenho CPTM BF4111-2: Depósito Via Permanente Luz Linha 7A.
- 5.16. Desenho CPTM BF2558-3: Base Oficina Pirituba.
- 5.17. Desenho CPTM BF4112-0: Base Via Permanente Francisco Morato.
- 5.18. Desenho CPTM BF3389-6 - Mapa das Edificações Complexo Luz.
- 5.19. Desenho CPTM BF2397-1 - Distritos Via Permanente Linha 10 - São Caetano.
- 5.20. Desenho CPTM BF4113-9 - Base de Manutenção Civil de Apoio Mauá - Linha 10 - DOVD.
- 5.21. Desenho CPTM BF3434-6: Mapa das Edificações Complexo Engenheiro São Paulo.
- 5.22. Desenho CPTM BF3392-6: Mapa das Edificações Complexo Roosevelt.
- 5.23. Desenho CPTM BF2593-1: Distritos Via Permanente Linha 12 - Calmon Viana - Solda.
- 5.24. Desenho CPTM BF2592-3: Base de Manutenção Civil - Linha 11 - DOVD.
- 5.25. Desenho CPTM BF2594-0: Distritos Via Permanente Linha 12 - Calmon Viana - Mecanização.

ANEXO II
Proposta da CONTRATADA



NIKKEY[®]



PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 0420213061

PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0420213061

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a Prestação de serviços objeto desta licitação.

A Empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos, inscrita no CNPJ SOB Nº. 01.811.362/0001-25, após tomar ciência de todos os termos do Pregão Eletrônico nº 0420213061 e seus anexos, apresenta a CPTM o abaixo referenciado:

1. Serviços

1.1 A presente proposta refere-se à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS MATERIAIS E INSUMOS.

Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 0420213061 e seus anexos.

2. Preços

2.1 O preço total para os serviços do objeto do edital que propomos é de R\$ 2.756.996,29 (Dois Milhões e Setecentos e Cinquenta e Seis Mil e novecentos e noventa e seis Reais e vinte e nove centavos), data-base Novembro/2021.

2.1.1 O valor mensal, lançado para fins de proposta no Sistema BEC e definido pelo preço total da contratação dividido por 30 (trinta) meses é de R\$ 91.899,92 (Noventa e Um Mil e Oitocentos e noventa e nove Reais e noventa e dois centavos).

CNPJ: 01.811.362/0001-25 – Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP

CEP: 04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968

E-mail: nikkey@nikkey.com.br

NIKKEY Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda.



NIKKEY[®]



2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, Fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

3. Prazos para execução dos serviços e de validade da proposta

3.1 O prazo de execução do objeto contractual é de 30 (trinta) meses, a contar do início estabelecida na Ordem de Serviço – O.S, a ser emitida pela CPTM em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato e da aprovação, pela CPTM, do plano de Trabalho da CONTRATADA, conforme anexo 1 – Termo de Referência.

3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. DECLARAÇÕES

4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.

4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPTM e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>.

São Paulo, 11 de Novembro de 2021.

Ricardo Luis Reis Nunes Filho
Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda
CNPJ: 01.811.362/0001-25
Ricardo Luis Reis Nunes Filho
Representante Legal
R.G 53.412.339-9
CPF 427.395.838-42

CNPJ 01.811.362/0001-25
NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E
SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Rua Prof. Otávio Guimarães, 47
Veleiros - CEP 04771-110
São Paulo - SP.

NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.

CNPJ: 01.811.362/0001-25 – Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP
CEP: 04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968
E-mail: nikkey@nikkey.com.br

ANEXO III

Planilha de Quantidades e
Preços Propostos

**NIKKEY**

**PLANILHA DE QUANTIDADES E
PREÇOS PROPOSTOS**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE
MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS
PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS**

Data Base:

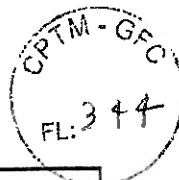
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	Evento 1 - Linha 7					
01.01	Capina Química					R\$ 135.760,80
02.01.00.100.09	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	553.590,00	R\$ 0,08	R\$ 44.287,20	
02.01.00.100.12	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	863.900,00	R\$ 0,08	R\$ 69.112,00	
02.01.00.100.13	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	279.520,00	R\$ 0,08	R\$ 22.361,60	
01.02	Desratização					R\$ 206.175,60
09.10.02.100.03	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	213.050,00	R\$ 0,08	R\$ 17.044,00	
09.10.02.100.04	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	945.881,00	R\$ 0,08	R\$ 75.670,48	
09.10.02.100.05	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.418.264,00	R\$ 0,08	R\$ 113.461,12	
01.03	Desinsetização					R\$ 214.236,75
09.10.02.100.02	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	175.930,00	R\$ 0,07	R\$ 12.315,10	
09.10.02.100.06	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	1.166.171,00	R\$ 0,07	R\$ 81.631,97	
09.10.02.100.07	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.718.424,00	R\$ 0,07	R\$ 120.289,68	
01.04	Manejo e Controle					R\$ 119.200,13
09.10.02.100.08	Manejo e Controle de Pombos	m2	7.803,00	R\$ 0,55	R\$ 4.291,65	
09.10.02.100.09	Manejo e Controle de Pombos - NR10 (área elétrica)	m2	90.474,00	R\$ 0,52	R\$ 47.046,48	

**NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.**
12/11/21

Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP
04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968
E-mail: nikkey@nikkey.com.br



NIKKEY



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
09.10.02.100.10	Manejo e Controle de Pombos - noturno	m2	135.724,00	R\$ 0,50	R\$ 67.862,00	
2	Evento 2 - Linha 10					
02.01	Capina Química					R\$ 106.615,84
02.01.00.100.09	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	232.820,00	R\$ 0,08	R\$ 18.625,60	
02.01.00.100.12	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	791.528,00	R\$ 0,08	R\$ 63.322,24	
02.01.00.100.13	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	308.350,00	R\$ 0,08	R\$ 24.668,00	
02.02	Desratização					R\$ 215.271,36
09.10.02.100.03	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	67.680,00	R\$ 0,08	R\$ 5.414,40	
09.10.02.100.04	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	871.902,00	R\$ 0,08	R\$ 69.752,16	
09.10.02.100.05	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.751.310,00	R\$ 0,08	R\$ 140.104,80	
02.03	Desinsetização					R\$ 198.841,44
09.10.02.100.02	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	60.350,00	R\$ 0,07	R\$ 4.224,50	
09.10.02.100.06	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	991.722,00	R\$ 0,07	R\$ 69.420,54	
09.10.02.100.07	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.788.520,00	R\$ 0,07	R\$ 125.196,40	
02.04	Manejo e Controle					R\$ 115.892,82
09.10.02.100.08	Manejo e Controle de Pombos	m2	149	R\$ 0,90	R\$ 134,10	
09.10.02.100.09	Manejo e Controle de Pombos - NRI0 (área elétrica)	m2	59.811,00	R\$ 0,52	R\$ 31.101,72	
09.10.02.100.10	Manejo e Controle de Pombos - Noturno	m2	169.314,00	R\$ 0,50	R\$ 84.657,00	

NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.
1211121

Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP
04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968
E-mail: nikkey@nikkey.com.br

**NIKKEY**CPTM - GFC
FL: 345

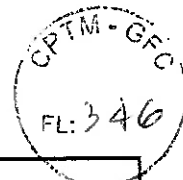
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
3	Evento 3 - Linha 11					
03.01	Capina Química					R\$ 90.674,72
02.01.00.100.09	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	138.090,00	R\$ 0,08	R\$ 11.047,20	
02.01.00.100.12	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	892.964,00	R\$ 0,08	R\$ 71.437,12	
02.01.00.100.13	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	102.380,00	R\$ 0,08	R\$ 8.190,40	
03.02	Desratização					R\$ 243.083,04
09.10.02.100.03	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	147.150,00	R\$ 0,08	R\$ 11.772,00	
09.10.02.100.04	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	1.006.644,00	R\$ 0,08	R\$ 80.531,52	
09.10.02.100.05	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.884.744,00	R\$ 0,08	R\$ 150.779,52	
03.03	Desinsetização					R\$ 218.593,76
09.10.02.100.02	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	143.870,00	R\$ 0,07	R\$ 10.070,90	
09.10.02.100.06	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NR10 (área elétrica)	m2	1.081.614,00	R\$ 0,07	R\$ 75.712,98	
09.10.02.100.07	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	1.897.284,00	R\$ 0,07	R\$ 132.809,88	
03.04	Manejo e Controle					R\$ 106.354,37
09.10.02.100.08	Manejo e Controle de Pombos	m2	1.675,00	R\$ 0,57	R\$ 954,75	
09.10.02.100.09	Manejo e Controle de Pombos - NR10 (área elétrica)	m2	51.181,00	R\$ 0,52	R\$ 26.614,12	
09.10.02.100.10	Manejo e Controle de Pombos - noturno	m2	157.571,00	R\$ 0,50	R\$ 78.785,50	
4	Evento 4 - Linha 12 e Linha 13					
04.01	Capina Química					R\$ 94.068,96
02.01.00.100.09	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	48.770,00	R\$ 0,08	R\$ 3.901,60	

NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.
12/11/21

Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP
04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968
E-mail: nikkey@nikkey.com.br



NIKKEY

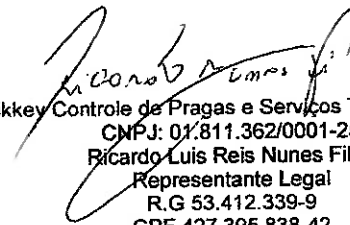


CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
02.01.00.100.12	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	845.510,00	R\$ 0,08	R\$ 67.640,80	
02.01.00.100.13	Capina química de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	281.582,00	R\$ 0,08	R\$ 22.526,56	
04.02	Desratização					R\$ 288.898,32
09.10.02.100.03	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	77.150,00	R\$ 0,08	R\$ 6.172,00	
09.10.02.100.04	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	1.037.963,00	R\$ 0,08	R\$ 83.037,04	
09.10.02.100.05	Desratização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	2.496.116,00	R\$ 0,08	R\$ 199.689,28	
04.03	Desinsetização					R\$ 252.786,03
09.10.02.100.02	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário	m2	77.150,00	R\$ 0,07	R\$ 5.400,50	
09.10.02.100.06	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - NRI0 (área elétrica)	m2	1.037.963,00	R\$ 0,07	R\$ 72.657,41	
09.10.02.100.07	Desinsetização de edificações administrativas e de uso ferroviário - noturno	m2	2.496.116,00	R\$ 0,07	R\$ 174.728,12	
04.04	Manejo e Controle					R\$ 150.542,35
09.10.02.100.08	Manejo e Controle de Pombos	m2	399	R\$ 0,83	R\$ 331,17	
09.10.02.100.09	Manejo e Controle de Pombos - NRI0 (área elétrica)	m2	57.134,00	R\$ 0,52	R\$ 29.709,68	
09.10.02.100.10	Manejo e Controle de Pombos - noturno	m2	241.003,00	R\$ 0,50	R\$ 120.501,50	
					TOTAL GERAL:	R\$ 2.756.996,29

VALOR MENSAL lançado no site da BEC **R\$91.899,92**

OBS: O valor enviado eletronicamente no endereço www.bec.sp.gov.br deverá ser o **VALOR MENSAL** orçado pelo proponente, definido pelo preço total da contratação dividido por 30 (trinta) meses.

São Paulo, 11 de Novembro de 2021.


Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda
CNPJ: 01.811.362/0001-25
Ricardo Luis Reis Nunes Filho
Representante Legal
R.G 53.412.339-9
CPF 427.395.838-42

01.811.362/0001-25
NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E
SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Rua Prof. Otávio Guimarães, 47
Valeiros - CEP 04771-110
São Paulo - SP.

**NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.**
12/11/24

Rua. Professor Otávio Guimarães, 47 – Interlagos – São Paulo – SP
04771-110 – Fone +55 (11) - 5545-9968
E-mail: nikkey@nikkey.com.br

ANEXO IV

**Cópia da Declaração de Ciência e
Responsabilidade**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0420213061

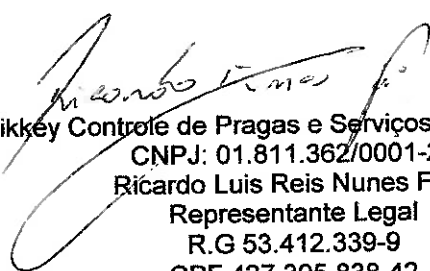
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente, eu, Ricardo Luis Reis Nunes Filho representante da empresa NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, inscrita sob nº. n01.811.362/000125 na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta e Integridade e do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes Códigos, acessados através do endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São Paulo, 11 de Novembro de 2021.


Nikkey Controle de Pragas e Serviços Técnicos Ltda
CNPJ: 01.811.362/0001-25
Ricardo Luis Reis Nunes Filho
Representante Legal
R.G 53.412.339-9
CPF 427.395.838-42

01.811.362/0001-25
NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E
SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Rua Prof. Otávio Guimarães, 47
Votinhos - CEP 04771-110
São Paulo - SP.

NIKKEY Controle de Pragas e
Serviços Técnicos Ltda.

ANEXO V

Termo de Ciência e de Notificação

ANEXO V
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CONTRATADA: NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 042021306100

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBATE E CONTROLE DE PRAGAS NOS COMPLEXOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO DA CPTM, COM UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E FORNECIMENTO DOS PRODUTOS, MATERIAIS E INSUMOS.

ADVOGADO(S) / Nº OAB / E-MAIL: MARIA REGINA SCURACHIO SALES ALVARENGA - OAB/SP 111.585 - maria.sales@cptm.sp.gov.br / CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ - OAB/SP 182.311 - caio.forjaz@cptm.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 08 de março de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

CN 042021306100






**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: 

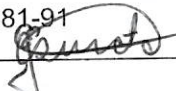
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: GILSA EVA DE SOUZA COSTA

Cargo: Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 955.679.681-91

Assinatura: 

Nome: LUIZ EDUARDO ARGENTON

Cargo: Diretor de Operação e Manutenção

CPF: 056.324.968-48

Assinatura: 

Nome: WILSON NAGY LOPRETTO

Cargo: Gerente Geral de Manutenção

CPF: 035.400.368-22

Assinatura: 

Nome: SERGIO LUIS SILVA

Cargo: Gerente de Manutenção de Via Permanente e Estrutura Civil

CPF: 147.275.098-57

Assinatura: 

Pela CONTRATADA:

Nome RICARDO LUIS REIS NUNES FILHO

Cargo: Sócio

CPF: 427.395.838-42

Assinatura: 

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

Assinatura: 